

# CPI da dívida não provou nada

Brasília — Os dois únicos relatórios oficiais de existência publicamente reconhecida que tratam da questão da legitimidade da dívida externa brasileira não apresentaram quaisquer provas conclusivas, mas apenas suposições sobre o desvio de dólares da dívida externa do país. Esses trabalhos são o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da dívida externa e do acordo FMI-Brasil, aprovado no final de 1984, e o documento intitulado "Subsídios para a renegociação da Dívida Externa", preparado pela comissão que elaborou o programa de governo para o ex-presidente Tancredo Neves, a Copag.

Nos bastidores do governo, fala-se na existência de um levantamento sobre evasão ilegal de divisas preparado pelo Banco Central durante a gestão do professor Afonso Celso Pastore, no final do governo Tancredo. Pelo menos um dos principais membros da atual equipe econômica admite ter conhecimento da existência desse relatório, que teria apontado a ocorrência de desvio de parte significativa da dívida externa brasileira. Contudo, diversas outras importantes autoridades econômicas do atual governo, consultadas pelo JORNAL DO BRASIL, afirmaram não saber desse dossier.

## Em sigilo

Assim como os documentos sobre os outros itens da economia, o relatório da Copag sobre a dívida externa foi mantido em sigilo por ordem do então presidente eleito Tancredo Neves e até hoje não foi divulgado ao público. A polêmica sobre o desvio da dívida mereceu apenas uma curta referência do documento: "No fundamental, a atual crise do balanço de pagamentos do Brasil não se deve ao malbaratamento dos empréstimos toma-

dos no passado, ao contrário do que aconteceu em outros países."

Sob o título "A corrupção dos governantes", a questão é tratada em apenas três das 152 páginas do relatório final da CPI da dívida externa, cuja elaboração foi coordenada pelo atual reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Buarque.

O relatório transcreve o resumo dos mais importantes depoimentos colhidos pela CPI sobre as denúncias contidas no chamado "Relatório Saraiva", o controverso documento em que o então adido militar do Brasil em Paris, coronel Raimundo Saraiva, informava às autoridades brasileiras que o então embaixador Delfim Netto, o outros funcionários da embaixada do Brasil na França, teriam recebido comissão no valor de 6 milhões de dólares de um diretor do Banque Credit Comercial de Paris, por ocasião das negociações do contrato de financiamento da construção da usina hidrelétrica de Água Vermelha, em São Paulo.

Depois de observar que as denúncias do "Relatório Saraiva" "foram reafirmadas à CIP por alguns depoentes", como a senhora Mariza Tupinambá de Oliveira (que, na época dos acontecimentos, era funcionária da embaixada brasileira em Paris) e pelo coronel da reserva Dickson Melges Grael, o relatório revela que a CIP "não deu encaminhamento à comprovação das graves denúncias recebidas nos depoimentos". Alega que "a apuração detalhada de tais denúncias extrapolariam as funções da CPI".

## Sem provas

"Se é verdade que não foram apresentadas provas categóricas e inequívocas de tais irregularidades, não é menos verdade também que as autoridades gover-

namentais nunca ofereceram elementos capazes de demonstrar a inveracidade de tais denúncias", diz o relatório, arrematando: "Desta forma, pairam no ar, até o momento, a desconfiança e a suspeita de que as práticas ilegais denunciadas, se verdadeiras, em muito contribuíram para a desastrosa política de endividamento externo, que ora sufoca o país".

No lugar de discutir a obscura questão da apropriação indébita de parte da dívida externa brasileira, o relatório da Copag preferiu concentrar suas críticas em outro aspecto da questão: o aumento da dívida brasileira em consequência da violenta elevação das taxas de juros e da forte deterioração da relações de intercâmbio comercial do país, ocorridos a partir de 1979. Com base nestas colocações, o documento da Copac sugeriu ao presidente Tancredo Neves o questionamento da legalidade da dívida brasileira, em consequência desses fatores.

O núcleo de economistas que comanda a atual política econômica parece ver a questão sobre esse mesmo prisma, escondido pela Copag: deixar de lado as denúncias sobre a suposta evasão de divisas para concentrar as atenções no questionamento do processo de formação da dívida. É por esse lado que alguns membros da equipe econômica propõem a realização de uma auditoria sobre a dívida.

De qualquer forma, se recorresse a esses dois únicos documentos oficiais que abordam a questão da legitimidade da dívida externa, Conceição Tavares também não encontraria elementos suficientes para reforçar as suas acusações. A grande repercussão do episódio revela, porém, que a dívida externa é uma questão que ainda continua na linha de frente dos grandes temas nacionais.